

# ATA DE SESSÃO DE JULGAMENTO SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

## 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO

**49ª Sessão de 2023**

**(11ª Sessão Ordinária)**

Data: 06/09/2023

Horário de início: 14:02 horas

Presidente: Juíza Federal CAROLINE MEDEIROS E SILVA.

Secretário(a): BIANCA EVANGELISTA BIAZOLLO.

Participantes:

Juíza Federal CAROLINE MEDEIROS E SILVA

Juiz Federal CARLOS ALEXANDRE BENJAMIN

Juiz Federal ODILON ROMANO NETO

Não havendo impugnação, foi aprovada a ata da sessão anterior.

### **RECURSO CÍVEL Nº 5005229-49.2022.4.02.5121/RJ (PAUTA: 16)**

**RECORRENTE:** UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO (RÉU)

**PROCURADOR(A):** CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO

**PROCURADOR(A):** CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO

**RECORRIDO:** ELIZA MARIA CONCEICAO DE BRITTO (AUTOR)

**ADVOGADO(A):** JUCIMAR ALVES DA SILVA BARROS (OAB RJ082019)

**RELATOR:** JUIZ FEDERAL ODILON ROMANO NETO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO INTERPOSTO PELA UNIÃO, PARA MANTER A SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DE ORIGEM. SEM CONDENAÇÃO EM CUSTAS, HAJA VISTA A ISENÇÃO DE QUE GOZA A RECORRENTE. CONDENO A UNIÃO AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS QUE ARBITRO EM 10% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO (VALORES EM ATRASO APURADOS NA SENTENÇA PROFERIDA NO JUÍZO DE ORIGEM). INTIMEM-SE. TRANSITADO EM JULGADO, DÊ-SE BAIXA E ENCAMINHEM-SE OS AUTOS AO JUIZADO DE ORIGEM. É COMO VOTO.

**SUSTENTAÇÃO ORAL PRESENCIAL:** JUCIMAR ALVES DA SILVA BARROS POR ELIZA MARIA CONCEICAO DE BRITTO

### **RECURSO CÍVEL Nº 5001251-24.2022.4.02.5102/RJ (PAUTA: 18)**

#### **INCIDENTE: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**

**RECORRENTE:** UNIÃO - FAZENDA NACIONAL (RÉU)

**PROCURADOR(A):** JANIS MARIA SAFE SILVEIRA

**RECORRIDO:** TELMA REGINA GRILLO DE LUCCA (AUTOR)

**ADVOGADO(A):** GUILHERME DE MACEDO SOARES (OAB RJ236310)

**RELATOR:** JUIZ FEDERAL ODILON ROMANO NETO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR MAIORIA, VENCIDO O JUIZ FEDERAL CARLOS ALEXANDRE BENJAMIN, CONHECER E DAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARA JULGAR O PROCESSO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, CONFORME FUNDAMENTAÇÃO E CONSEQUENTEMENTE JULGAR PREJUDICADO O RECURSO DA UNIÃO FEDERAL. INTIMEM-SE AS PARTES. TRANSITADA EM JULGADO, DÊ-SE

BAIXA E ENCAMINHEM-SE OS AUTOS AO JUIZADO DE ORIGEM. É COMO VOTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

**RECURSO CÍVEL Nº 5048122-18.2022.4.02.5101/RJ (PAUTA: 37)**

**INCIDENTE: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**

**RECORRENTE:** UNIÃO - FAZENDA NACIONAL (RÉU)

**PROCURADOR(A):** JANIS MARIA SAFE SILVEIRA

**RECORRIDO:** ANTONIO CARLOS LIMA LAMIM (AUTOR)

**ADVOGADO(A):** MANUELA DE TOMASI VIEGAS (OAB RS107972)

**RELATOR:** JUIZ FEDERAL ODILON ROMANO NETO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR MAIORIA, VENCIDO O JUIZ FEDERAL CARLOS ALEXANDRE BENJAMIN, CONHECER E DAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARA JULGAR O PROCESSO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, CONFORME FUNDAMENTAÇÃO E CONSEQUENTEMENTE JULGAR PREJUDICADO O RECURSO DA UNIÃO FEDERAL. INTIMEM-SE AS PARTES. TRANSITADA EM JULGADO, DÊ-SE BAIXA E ENCAMINHEM-SE OS AUTOS AO JUIZADO DE ORIGEM. É COMO VOTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

**RECURSO CÍVEL Nº 5010558-41.2023.4.02.5110/RJ (PAUTA: 6)**

**INCIDENTE: AGRAVO INTERNO**

**RECORRENTE:** NEIDE DE ARAUJO PRADO (AUTOR)

**ADVOGADO(A):** RONAN RIBEIRO DOS SANTOS (OAB RJ218009)

**RECORRIDO:** INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (RÉU)

**PROCURADOR(A):** VINÍCIUS LAHORGUE PORTO DA COSTA

**MPF:** MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

**RELATORA:** JUÍZA FEDERAL CAROLINE MEDEIROS E SILVA

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER DO AGRAVO DE INTERNO E DAR-LHE PROVIMENTO, ANULANDO A DECISÃO DO EVENTO 20 DESTES AUTOS, DETERMINANDO A CONTINUIDADE DO PROCESSAMENTO DESTE FEITO E A EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS PARA OS ÓRGÃOS COMUNICADOS NAQUELA DECISÃO, INFORMANDO-OS SOBRE A SUA REVISÃO E REGULARIDADE DA ATUAÇÃO DO PATRONO DA AUTORA. SEM CUSTAS ANTE A ISENÇÃO LEGAL. SEM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS (ART 85, § 110 DO CPC). INTIMEM-SE. TRANSITADO EM JULGADO, CERTIFIQUE-SE E, APÓS, REMETAM-SE OS AUTOS AO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE ORIGEM, COM A DEVIDA BAIXA.

**RECURSO CÍVEL Nº 5068232-38.2022.4.02.5101/RJ (PAUTA: 1)**

**RELATORA:** JUÍZA FEDERAL CAROLINE MEDEIROS E SILVA

**RECURSO CÍVEL Nº 5059574-88.2023.4.02.5101/RJ (PAUTA: 2)**

**RECORRENTE:** RAFAEL DOS SANTOS PALMA (AUTOR)

**ADVOGADO(A):** FERNANDO CARLOS FERNANDES MARTINS (OAB RJ140914)

**RECORRIDO:** CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF (RÉU)

**PROCURADOR(A):** ROBERTO CARLOS MARTINS PIRES

**RELATORA:** JUÍZA FEDERAL CAROLINE MEDEIROS E SILVA

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DA PARTE AUTORA, PARA FIXAR JUROS DE MORA DE 1% ANO MES PELO CC/02 A CONTAR DO EVENTO DANOSO (11/04/2023) E CORREÇÃO MONETÁRIA PELO IPCA-E, A CONTAR DO ARBITRAMENTO (DATA DA PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA), MANTENDO NO MAIS A SENTENÇA. SEM CONDENAÇÃO EM CUSTAS OU HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS A TEOR DO ART. 55 DA LEI 9.099/95. INTIMEM-SE AS PARTES. PUBLIQUE-SE. COM O TRÂNSITO EM JULGADO, CERTIFIQUE-SE E, APÓS, REMETAM-SE OS AUTOS AO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE ORIGEM, COM A DEVIDA BAIXA.

### **RECURSO CÍVEL Nº 5000782-57.2022.4.02.5108/RJ (PAUTA: 3)**

**RECORRENTE:** AMARO WALTER GARCIA DANTAS NETO (AUTOR)

**ADVOGADO(A):** AMANDA VIANNA RODRIGUES (OAB RJ238366)

**ADVOGADO(A):** JOAO RAFAEL FONTENELES ABREU (OAB RJ233262)

**RECORRIDO:** FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE (RÉU)

**PROCURADOR(A):** VINÍCIUS LAHORGUE PORTO DA COSTA

**RELATORA:** JUÍZA FEDERAL CAROLINE MEDEIROS E SILVA

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO DO AUTOR, CONDENANDO A UNIÃO A PAGAR AO AUTOR OS VALORES EM ATRASO DA PENSÃO POR MORTE DESDE DO ÓBITO DO INSTITUIDOR DA PENSÃO. OS ATRASADOS DEVERÃO OBSERVAR A PRESCRIÇÃO QUINQUENAL E SOFRER INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA PELO ÍNDICE DE REMUNERAÇÃO DA CADERNETA DE POUPANÇA (TR) E CORREÇÃO MONETÁRIA PELO IPCA-E, CONFORME ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA EM SEDE DE REPETITIVO NO RESP 149.222-1 (TEMA 905). APÓS O INÍCIO DA VIGÊNCIA DA EC 113/2021 (09/12/2021), A CORREÇÃO E JUROS SERÁ UNIFICADA PELA TAXA SELIC. SEM CUSTAS, ANTE A ISENÇÃO PREVISTA NO ARTIGO 4º, II, DA LEI 9.289/1996. SEM CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ANTE AO PROVIMENTO DO RECURSO A TEOR DO ART. 55 DA LEI 9.099/95. INTIMEM-SE AS PARTES. PUBLIQUE-SE. COM O TRÂNSITO EM JULGADO, CERTIFIQUE-SE E, APÓS, REMETAM-SE OS AUTOS AO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE ORIGEM, COM A DEVIDA BAIXA. É COMO VOTO.

### **RECURSO CÍVEL Nº 5000230-54.2020.4.02.5111/RJ (PAUTA: 4)**

**RECORRENTE:** CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF (RÉU)

**PROCURADOR(A):** ROBERTO CARLOS MARTINS PIRES

**RECORRIDO:** MARCELO FREIRE FERREIRA (AUTOR)

**ADVOGADO(A):** CAROLINE MOREIRA CARNEIRO (OAB RJ145321)

**ADVOGADO(A):** VALMIR BARBOZA SERVOLO (OAB RJ179253)

**ADVOGADO(A):** MARIA FERNANDA BARBOSA DE SOUZA SANTOS MONTEIRO (OAB RJ210379)

**RELATORA:** JUÍZA FEDERAL CAROLINE MEDEIROS E SILVA

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER DO RECURSO DA CEF E DAR-LHE PROVIMENTO, PARA JULGAR IMPROCEDENTES OS PLEITOS AUTORAIS QUANTO A CANCELAMENTO DE SEGURO PRESTAMISTA E RESTITUIÇÃO EM DOBRO, BEM COMO INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, MANTENDO APENAS A CONDENAÇÃO DA CEF NA OBRIGAÇÃO DE EXCLUIR A INSCRIÇÃO NOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO ATINENTE À DÍVIDA DA PRESTAÇÃO DO CONTRATO DE REFINANCIAMENTO QUE SE VENDEU EM 25/12/2019, MAS JÁ FOI PAGA PELO AUTOR. CUSTAS RECOLHIDAS. DEIXO DE CONDENAR EM HONORÁRIOS FACE AO PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO A TEOR DO ART. 55 DA LEI 9099/95. INTIMEM-SE AS PARTES. PUBLIQUE-SE. COM O TRÂNSITO EM JULGADO, CERTIFIQUE-SE E, APÓS, REMETAM-SE OS AUTOS AO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE ORIGEM, COM A DEVIDA BAIXA.

**RECURSO CÍVEL Nº 5007486-56.2022.4.02.5118/RJ (PAUTA: 5)**

**RECORRENTE:** CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF (RÉU)

**PROCURADOR(A):** ROBERTO CARLOS MARTINS PIRES

**RECORRIDO:** SUELLEN OLIVEIRA DA CONCEICAO (ABSOLUTAMENTE INCAPAZ (ART. 3º CC)) (AUTOR)

**ADVOGADO(A):** NERILENE TELES DE ALMEIDA (OAB RJ163379)

**ADVOGADO(A):** TALITA DE AGUIAR CAMACHO (OAB RJ206777)

**REPRESENTANTE LEGAL DO RECORRIDO:** MARIA APARECIDA DE SOUZA (TUTOR) (AUTOR)

**MPF:** MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF)

**RELATORA:** JUÍZA FEDERAL CAROLINE MEDEIROS E SILVA

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER DO RECURSO DA CEF E NEGAR-LHE PROVIMENTO, PARA MANTER A SENTENÇA DE ORIGEM PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. CUSTAS JÁ RECOLHIDAS. CONDENO A RECORRENTE EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS QUE FIXO EM 10% DO VALOR DA CONDENAÇÃO A TEOR DO ART. 55 DA LEI 9099/95. A PRESENTE DECISÃO FOI REFERENDADA PELOS DEMAIS INTEGRANTES DA 7ª TURMA RECURSAL, EM CONFORMIDADE COM O REGIMENTO INTERNO DAS TURMAS RECURSAIS DA 2ª REGIÃO (RESOLUÇÃO Nº TRF2-RSP-2019/00003, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2019). INTIMEM-SE AS PARTES. PUBLIQUE-SE. COM O TRÂNSITO EM JULGADO, CERTIFIQUE-SE E, APÓS, REMETAM-SE OS AUTOS AO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE ORIGEM, COM A DEVIDA BAIXA. É COMO VOTO.

**MANDADO DE SEGURANÇA TR CÍVEL Nº 5073982-84.2023.4.02.5101/RJ (PAUTA: 7)**

**IMPETRANTE:** ALANA MACHADO DA CUNHA LOPES

**IMPETRANTE:** MARIA DE LOURDES COUTO SOARES

**ADVOGADO(A):** ALANA MACHADO DA CUNHA LOPES (OAB RJ224964)

**IMPETRADO:** JUÍZO FEDERAL DO 2º JEF DO RIO DE JANEIRO

**MPF:** MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

**INTERESSADO:** UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

**PROCURADOR(A):** CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO

**PROCURADOR(A):** CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO

**RELATORA:** JUÍZA FEDERAL CAROLINE MEDEIROS E SILVA

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONCEDER EM PARTE A SEGURANÇA PARA QUE SEJA EXPEDIDO O RPV EM FAVOR DE CADA UM DOS HABILITADOS, MEDIANTE RESERVA DAS COTAS-PARTE DE 2 DOS HERDEIROS DA PARTE AUTORA ORIGINAL DESTES AUTOS. CUSTAS PELOS IMPETRANTES. SEM CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 25 DA LEI Nº 12.016/2009. INTIMEM-SE, À EXCEÇÃO DO MPF QUE ALEGOU INEXISTIR INTERESSE PÚBLICO A JUSTIFICAR SUA ATUAÇÃO NO FEITO. COMUNIQUE-SE O JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE ORIGEM. TRANSITADO EM JULGADO, CERTIFIQUE-SE E, APÓS, DÊ-SE BAIXA E ARQUIVEM-SE.

**RECURSO CÍVEL Nº 5004727-75.2019.4.02.5102/RJ (PAUTA: 8)**

**RECORRENTE:** LUCIANE BRITO DA SILVA (AUTOR)

**ADVOGADO(A):** SARITA MONTEIRO LOPES (OAB RJ132514)

**RECORRIDO:** BANCO ITAUCARD S.A. (RÉU)

**ADVOGADO(A):** PAULO ROBERTO JOAQUIM DOS REIS (OAB SP023134)

**RECORRIDO:** CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF (RÉU)

**PROCURADOR(A):** ROBERTO CARLOS MARTINS PIRES

**RELATORA:** JUÍZA FEDERAL CAROLINE MEDEIROS E SILVA

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DA PARTE AUTORA, MANTENDO A SENTENÇA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. CONDENO O RECORRENTE AO PAGAMENTO DE CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS QUE FIXO EM 10% DO VALOR DA CAUSA A TEOR DO ART. 55 DA LEI 9.099/95. CONCEDIDA A GRATUIDADE, FICA A PARTE ISENTA DAS CUSTAS PROCESSUAIS (ART. 4º, II, DA LEI 9.289/1996) E SUSPENSOS OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS (ART. 98, §3º, DA LEI Nº 13.105/15 - CPC; ART. 55, 2ª PARTE, DA LEI 9.099/95; ART. 54, PARÁGRAFO ÚNICO, IN FINE, DA LEI 9.099/95, COMBINADO COM ART. 1º DA LEI 10.259/2001). INTIMEM-SE AS PARTES. PUBLIQUE-SE. COM O TRÂNSITO EM JULGADO, CERTIFIQUE-SE E, APÓS, REMETAM-SE OS AUTOS AO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE ORIGEM, COM A DEVIDA BAIXA. É COMO VOTO.

### **RECURSO CÍVEL Nº 5085112-08.2022.4.02.5101/RJ (PAUTA: 9)**

**RECORRENTE:** ANA CAROLINA COSTA KULNIG (AUTOR)  
**ADVOGADO(A):** MARCEL SANTOS DE OLIVEIRA (OAB RJ146142)  
**RECORRENTE:** NODGI VALLE BARRETO DE MENEZES (AUTOR)  
**ADVOGADO(A):** MARCEL SANTOS DE OLIVEIRA (OAB RJ146142)  
**RECORRIDO:** CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF (RÉU)  
**PROCURADOR(A):** ROBERTO CARLOS MARTINS PIRES  
**PROCURADOR(A):** DANIEL PAULO VICENTE DE MEDEIROS  
**RELATORA:** JUÍZA FEDERAL CAROLINE MEDEIROS E SILVA

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DA CEF, PAR EXCLUIR A CONDENAÇÃO DOBRADA DOS DANOS MATERIAIS BEM COMO A CONDENAÇÃO EM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, MANTENDO, NO MAIS A SENTENÇA. CONDENO A RECORRENTE AO PAGAMENTO DE CUSTAS (JÁ RECOLHIDAS). DEIXO DE CONDENA-LA AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ANTE O PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO A TEOR DO ART. 55 DA LEI 9099/95. INTIMEM-SE AS PARTES. PUBLIQUE-SE. COM O TRÂNSITO EM JULGADO, CERTIFIQUE-SE E, APÓS, REMETAM-SE OS AUTOS AO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE ORIGEM, COM A DEVIDA BAIXA. É COMO VOTO.

### **RECURSO CÍVEL Nº 5003588-81.2021.4.02.5114/RJ (PAUTA: 10)**

**RECORRENTE:** UNIÃO - FAZENDA NACIONAL (RÉU)  
**PROCURADOR(A):** JANIS MARIA SAFE SILVEIRA  
**RECORRIDO:** TERESA MARIA SOARES KADOOKA (AUTOR)  
**ADVOGADO(A):** SAMIRA LOPES RESENDE VENANCIO DE ARRUDA SIQUEIRA CRUZ (OAB RJ155286)  
**RELATORA:** JUÍZA FEDERAL CAROLINE MEDEIROS E SILVA

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER DO RECURSO DA UNIÃO E DAR-LHE PROVIMENTO, PARA JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO AUTORAL. SEM CUSTAS, ANTE A ISENÇÃO PREVISTA NO ARTIGO 4º, I, DA LEI 9.289/1996. SEM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS A TEOR DO ART. 55 DA LEI 9.099/95 ANTE O PROVIMENTO DO RECURSO. INTIMEM-SE. TRANSITADO EM JULGADO, CERTIFIQUE-SE E, APÓS, REMETAM-SE OS AUTOS AO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE ORIGEM, COM A DEVIDA BAIXA. É COMO VOTO.

### **RECURSO CÍVEL Nº 5002199-95.2020.4.02.5114/RJ (PAUTA: 11)**

**RECORRENTE:** JOSE SOUZA QUINTINO (AUTOR)  
**ADVOGADO(A):** ROSANGELA PEREIRA DA SILVA QUEIROBIM (OAB RJ111353)  
**RECORRIDO:** CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF (RÉU)  
**PROCURADOR(A):** ROBERTO CARLOS MARTINS PIRES  
**PROCURADOR(A):** DANIEL PAULO VICENTE DE MEDEIROS

**RECORRIDO:** TECNOLOGIA BANCARIA S.A. (RÉU)  
**ADVOGADO(A):** CARLOS AUGUSTO COTRIM DE PROENCA ROSA (OAB RJ050827)  
**RELATORA:** JUÍZA FEDERAL CAROLINE MEDEIROS E SILVA

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DA PARTE AUTORA, PARA JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO, CONDENANDO A CEF AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO NO VALOR DE R\$ 3.000,00 COM INCIDÊNCIA DE JUROS DE 1% PELO CC/02 E CORREÇÃO MONETÁRIA PELO IPCA-E, AMBOS A CONTAR DO DIA 14/05/2019 (EVENTO DANOSO). O AUTOR É ISENTO DE CUSTAS ANTE O DEFERIMENTO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA. DEIXO DE CONDENÁ-LO AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ANTE O PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO A TEOR DO ART. 55 DA LEI 9099/95. INTIMEM-SE AS PARTES. PUBLIQUE-SE. COM O TRÂNSITO EM JULGADO, CERTIFIQUE-SE E, APÓS, REMETAM-SE OS AUTOS AO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE ORIGEM, COM A DEVIDA BAIXA.

### **RECURSO CÍVEL Nº 5049513-71.2023.4.02.5101/RJ (PAUTA: 12)**

**RECORRENTE:** UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO (RÉU)  
**PROCURADOR(A):** CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO  
**PROCURADOR(A):** CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO  
**RECORRIDO:** MARILENE RODRIGUES BITTENCOURT (AUTOR)  
**ADVOGADO(A):** SERGIO ANTONIO DE JESUS CATALDO (OAB RJ178742)  
**RELATORA:** JUÍZA FEDERAL CAROLINE MEDEIROS E SILVA

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER DO RECURSO DA UNIÃO E DAR-LHE PROVIMENTO, DE MODO A JULGAR IMPROCEDENTES OS PEDIDOS DA INICIAL. SEM CUSTAS, ANTE A ISENÇÃO PREVISTA NO ARTIGO 4º, I, DA LEI 9.289/1996. SEM CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DIANTE DO PROVIMENTO DO RECURSO A TEOR DO ART. 55 DA LEI 9.099/99. INTIMEM-SE. TRANSITADO EM JULGADO, CERTIFIQUE-SE E, APÓS, REMETAM-SE OS AUTOS AO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE ORIGEM, COM A DEVIDA BAIXA. É COMO VOTO.

### **RECURSO CÍVEL Nº 5008169-13.2023.4.02.5101/RJ (PAUTA: 14)**

#### **INCIDENTE: AGRAVO INTERNO**

**RECORRENTE:** MAURA JULIA CAMARA DA SILVA BRAGANCA (AUTOR)  
**ADVOGADO(A):** MATEUS PEIXOTO TERRA (OAB RJ152142)  
**RECORRIDO:** COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR - CNEN (RÉU)  
**PROCURADOR(A):** VINÍCIUS LAHORGUE PORTO DA COSTA  
**RELATOR:** JUIZ FEDERAL ODILON ROMANO NETO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER DO AGRAVO INTERPOSTO PELA CNEN E DE A ELE NEGAR PROVIMENTO PARA MANTER A DECISÃO MONOCRÁTICA DO EVENTO 24. SEM CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE CUSTAS. INTIMEM-SE. TRANSITADO EM JULGADO, REMETAM-SE OS AUTOS AO JUIZADO DE ORIGEM, COM A DEVIDA BAIXA. É COMO VOTO.

### **RECURSO CÍVEL Nº 5002660-84.2022.4.02.5118/RJ (PAUTA: 15)**

**RECORRENTE:** BANCO DO BRASIL SA (RÉU)  
**PROCURADOR(A):** MARLON SOUZA DO NASCIMENTO  
**RECORRENTE:** ECT-EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS (RÉU)  
**PROCURADOR(A):** CARLOS EDUARDO GOMES GONCALVES  
**RECORRIDO:** DJAN PIRES SANT ANNA (AUTOR)

**ADVOGADO(A):** JEFFERSON MOZA DO NASCIMENTO SCARPINI (OAB RJ217391)

**RELATOR:** JUIZ FEDERAL ODILON ROMANO NETO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER NEGAR PROVIMENTO AOS RECURSOS, PARA MANTER A SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DE ORIGEM. SEM CONDENAÇÃO DA ECT AO PAGAMENTO DE CUSTAS, TENDO EM VISTA ISENÇÃO DE QUE GOZA. NO ENTANTO, CONDENO-A AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM RAZÃO DE SUA SUCUMBÊNCIA NESTA INSTÂNCIA RECURSAL, OS QUAIS ARBITRO EM 10% SOBRE O VALOR ATUALIZADO DA CONDENAÇÃO, COM FUNDAMENTO NO ART. 55 DA LEI 9.099/95 C/C ART. 1º DA LEI 10.259/01. CONDENO O BANCO DO BRASIL S/A AO PAGAMENTO DE CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, QUE FIXO EM 10% SOBRE O VALOR ATUALIZADO DA CONDENAÇÃO, COM FUNDAMENTO NO ART. 55 DA LEI 9.099/95 C/C ART. 1º DA LEI 10.259/01. INTIMEM-SE. TRANSITADO EM JULGADO, DÊ-SE BAIXA E ENCAMINHEM-SE OS AUTOS AO JUIZADO DE ORIGEM. É COMO VOTO.

**RECURSO CÍVEL Nº 5019780-77.2021.4.02.5118/RJ (PAUTA: 19)**

**RECORRENTE:** INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (RÉU)

**PROCURADOR(A):** VINÍCIUS LAHORGUE PORTO DA COSTA

**RECORRIDO:** SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMP FERROV DO RJ (RÉU)

**ADVOGADO(A):** WILMA HELENA PIMENTA DA COSTA (OAB RJ040732)

**RECORRIDO:** ALTAIR PEREIRA DA SILVA (AUTOR)

**ADVOGADO(A):** KATIA DE ANDRADE MACEDO (OAB RJ113136)

**RECORRIDO:** ASSOCIACAO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS NACIONAL (RÉU)

**RELATOR:** JUIZ FEDERAL ODILON ROMANO NETO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, PARA MANTER A SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DE ORIGEM. SEM CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE CUSTAS, TENDO EM VISTA ISENÇÃO DE QUE GOZA O INSS. NO ENTANTO, CONDENO-O AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM RAZÃO DE SUA SUCUMBÊNCIA NESTA INSTÂNCIA RECURSAL, OS QUAIS ARBITRO EM 10% SOBRE O VALOR ATUALIZADO DA CONDENAÇÃO, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO. 55 DA LEI 9.099/95 C/C ARTIGO. 1º DA LEI 10.259/01. INTIMEM-SE. TRANSITADO EM JULGADO, DÊ-SE BAIXA E ENCAMINHEM-SE OS AUTOS AO JUIZADO DE ORIGEM. É COMO VOTO.

**RECURSO CÍVEL Nº 5002437-67.2022.4.02.5107/RJ (PAUTA: 21)**

**RECORRENTE:** LUIS FELIPE BRAGA DA SILVA (AUTOR)

**ADVOGADO(A):** VALDEMILSON SODRE MELLO (OAB RJ165075)

**RECORRIDO:** BANCO DO BRASIL SA (RÉU)

**PROCURADOR(A):** WANDERSON MORAES DA SILVA TAVARES

**PROCURADOR(A):** LEONARDO SILVA THEOPHILO

**PROCURADOR(A):** JOAO BAPTISTA DA SILVA NETO

**RECORRIDO:** UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO (RÉU)

**PROCURADOR(A):** CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO

**PROCURADOR(A):** CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO

**RECORRIDO:** FNDE - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO (RÉU)

**PROCURADOR(A):** CLAUDIA REGINA CARDOSO BELLOTTI PEREIRA

**RELATOR:** JUIZ FEDERAL ODILON ROMANO NETO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DO AUTOR, PARA MANTER A SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DE ORIGEM. SEM CONDENAÇÃO EM CUSTAS, HAJA VISTA A ISENÇÃO DE QUE GOZA A PARTE RECORRENTE, POR SER BENEFICIÁRIA DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA (ART. 4º, II, DA LEI 9.289/96). CONDENO A PARTE AUTORA AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS

ADVOCATÍCIOS, QUE FIXO EM 10% (DEZ POR CENTO) DO VALOR DA CAUSA, VALOR ESTE QUE TERÁ SUA EXIGIBILIDADE SUSPENSA, HAJA VISTA TRATAR-SE DE BENEFICIÁRIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA. INTIMEM-SE. TRANSITADO EM JULGADO, DÊ-SE BAIXA E ENCAMINHEM-SE OS AUTOS AO JUIZADO DE ORIGEM. É COMO VOTO.

**MANDADO DE SEGURANÇA TR CÍVEL Nº 5073177-68.2022.4.02.5101/RJ  
(PAUTA: 22)**

**INCIDENTE: AGRAVO INTERNO**

**IMPETRANTE:** UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO  
**PROCURADOR(A):** CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO  
**PROCURADOR(A):** CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO  
**IMPETRADO:** JUÍZO FEDERAL DO 4º JEF DO RIO DE JANEIRO  
**MPF:** MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
**INTERESSADO:** DEBORA DE CASTRO GOMEZ SANTOS  
**INTERESSADO:** GABRIEL DE CASTRO SANTOS  
**ADVOGADO(A):** MICHELLE VALÉRIA MACEDO SILVA  
**INTERESSADO:** ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PROCURADOR(A):** BALTAZAR JOSE VASCONCELOS RODRIGUES  
**PROCURADOR(A):** HUGO WILKEN MAURELL  
**PROCURADOR(A):** ANDRE SERRA ALONSO  
**INTERESSADO:** MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO  
**PROCURADOR(A):** ANA PAULA BUONOMO MACHADO  
**RELATOR:** JUIZ FEDERAL ODILON ROMANO NETO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, NÃO CONHECER DO AGRAVO INTERNO DA UNIÃO, EIS QUE PREJUDICADO PELA SUPERVENIENTE PERDA DO OBJETO E PELA FALTA DE DIALETICIDADE RECURSAL. SEM CONDENAÇÃO EM CUSTAS OU HONORÁRIOS. INTIMEM-SE. TRANSITADO EM JULGADO, DÊ-SE BAIXA. É COMO VOTO.

**RECURSO CÍVEL Nº 5002686-48.2023.4.02.5118/RJ (PAUTA: 23)**

**RECORRENTE:** UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO (RÉU)  
**PROCURADOR(A):** CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO  
**PROCURADOR(A):** CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO  
**RECORRIDO:** PAMELA GALDINO DE MORAES DE ASSIS (AUTOR)  
**ADVOGADO(A):** ÓSCAR GIORGI RIBEIRO BATISTA (DPU)  
**UNIDADE EXTERNA:** SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO  
**INTERESSADO:** MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS (RÉU)  
**PROCURADOR(A):** YASMIN DE ALMEIDA COELHO  
**PROCURADOR(A):** FABRICIO GASPAR RODRIGUES  
**INTERESSADO:** ESTADO DO RIO DE JANEIRO (RÉU)  
**PROCURADOR(A):** ANDRE SERRA ALONSO  
**RELATOR:** JUIZ FEDERAL ODILON ROMANO NETO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER O RECURSO DA UNIÃO E DE A ELE DAR PARCIAL PROVIMENTO, PARA LIMITAR O OBJETO DA CONDENAÇÃO DE FORNECIMENTO DE OMALIZUMABE AO PRAZO DE 12 MESES A CONTAR DA INTIMAÇÃO DESTES ACÓRDÃO OU ATÉ QUE HAJA DISPENSAÇÃO REGULAR PELO SUS (O QUE OCORRER PRIMEIRO), DIRECIONANDO O CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO AO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, SEM PREJUÍZO DE POSTERIOR RESSARCIMENTO PELOS OUTROS RÉUS, A SE VERIFICAR NA FASE DE CUMPRIMENTO DA SENTENÇA, NA FORMA DA FUNDAMENTAÇÃO ACIMA. SEM CONDENAÇÃO EM CUSTAS OU HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, POR SE TRATAR DE RECORRENTE VENCEDOR, AINDA QUE EM PARTE.



INTIMEM-SE. TRANSITADA EM JULGADO, REMETAM-SE OS AUTOS AO JUIZADO DE ORIGEM, COM A DEVIDA BAIXA. É COMO VOTO.

**RECURSO CÍVEL Nº 5033309-49.2023.4.02.5101/RJ (PAUTA: 24)**

**RECORRENTE:** AGENOR ALVES FILHO (AUTOR)

**ADVOGADO(A):** PATRICIA MARTINS DOS SANTOS MAXIMO BARCELLOS (OAB RJ104268)

**RECORRIDO:** UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO (RÉU)

**PROCURADOR(A):** CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO

**PROCURADOR(A):** CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO

**RELATOR:** JUIZ FEDERAL ODILON ROMANO NETO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO INOMINADO, PARA REFORMAR A SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DE ORIGEM, A FIM DE CONDENAR A RÉ AO PAGAMENTO DA GDPST AO AUTOR SEM QUALQUER REDUÇÃO EM DECORRÊNCIA DA PROPORCIONALIDADE DO BENEFÍCIO QUE PERCEBE, OBSERVADA A PRESCRIÇÃO QUINQUENAL, FICANDO DESDE JÁ AUTORIZADA A COMPENSAÇÃO DOS PAGAMENTOS PROMOVIDOS NA VIA ADMINISTRATIVA. OS VALORES EM ATRASO DEVERÃO SER CORRIGIDOS MONETARIAMENTE, DESDE CADA VENCIMENTO, CONFORME A TABELA DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL (IPCA-E DO IBGE, SALVO MODIFICAÇÃO POSTERIOR DA TABELA) E ACRESCIDOS DE JUROS, DESDE A CITAÇÃO, PELO ÍNDICE DA CADERNETA DE POUPANÇA (ENUNCIADO 111 DAS TURMAS RECURSAIS DO RIO DE JANEIRO), OBSERVADA A PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. APÓS O INÍCIO DA VIGÊNCIA DA EC 113/2021 (09/12/2021), A CORREÇÃO SE DARÁ PELA TAXA SELIC1. SEM CONDENAÇÃO EM CUSTAS OU HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS, HAJA VISTA TRATAR-SE DE RECORRENTE VENCEDOR. INTIMEM-SE. TRANSITADO EM JULGADO, DÊ-SE BAIXA E ENCAMINHEM-SE OS AUTOS AO JUIZADO DE ORIGEM. É COMO VOTO.

**RECURSO CÍVEL Nº 5008811-17.2022.4.02.5102/RJ (PAUTA: 25)**

**INCIDENTE: AGRAVO INTERNO**

**RECORRENTE:** INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (RÉU)

**PROCURADOR(A):** VINÍCIUS LAHORGUE PORTO DA COSTA

**RECORRIDO:** CELSO MARINHO DE CARVALHO (AUTOR)

**ADVOGADO(A):** ROBERTO MARINHO LUIZ DA ROCHA (OAB RJ112248)

**ADVOGADO(A):** RONAN RIBEIRO DOS SANTOS (OAB RJ218009)

**RELATOR:** JUIZ FEDERAL ODILON ROMANO NETO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO INTERPOSTO PELO INSS, PARA MANTER A DECISÃO AGRAVADA. A PRESENTE DECISÃO FOI REFERENDADA PELOS DEMAIS INTEGRANTES DA 7ª TURMA RECURSAL, CONFORME ARTIGO 7º, IX, ALÍNEA B, DO REGIMENTO INTERNO DAS TURMAS RECURSAIS DA 2ª REGIÃO (RESOLUÇÃO Nº TRF2-RSP-2019/00003, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2019). INTIMEM-SE. TRANSITADO EM JULGADO, DÊ-SE BAIXA E ENCAMINHEM-SE OS AUTOS AO JUIZADO DE ORIGEM. É COMO VOTO.

**RECURSO CÍVEL Nº 5012898-82.2023.4.02.5101/RJ (PAUTA: 26)**

**INCIDENTE: AGRAVO INTERNO**

**RECORRENTE:** INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (RÉU)

**PROCURADOR(A):** VINÍCIUS LAHORGUE PORTO DA COSTA

**RECORRIDO:** VINICIUS CARLOS DOS SANTOS FILHO (AUTOR)

**ADVOGADO(A):** RONAN RIBEIRO DOS SANTOS (OAB RJ218009)

**RELATOR:** JUIZ FEDERAL ODILON ROMANO NETO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO INTERPOSTO PELO INSS, PARA MANTER A DECISÃO AGRAVADA. A PRESENTE DECISÃO FOI REFERENDADA PELOS DEMAIS INTEGRANTES DA 7ª TURMA RECURSAL, CONFORME ARTIGO 7º, IX, ALÍNEA B, DO REGIMENTO INTERNO DAS TURMAS RECURSAIS DA 2ª REGIÃO (RESOLUÇÃO Nº TRF2-RSP-2019/00003, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2019). INTIMEM-SE. TRANSITADO EM JULGADO, DÊ-SE BAIXA E ENCAMINHEM-SE OS AUTOS AO JUIZADO DE ORIGEM. É COMO VOTO.

**RECURSO CÍVEL Nº 5014829-31.2021.4.02.5121/RJ (PAUTA: 28)**

**RECORRENTE:** CARLA VERONICA FARIA DE SOUZA (AUTOR)

**ADVOGADO(A):** MONICA DE BARROS PINHO DA SILVA (OAB RJ142421)

**RECORRIDO:** CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF (RÉU)

**PROCURADOR(A):** ROBERTO CARLOS MARTINS PIRES

**PROCURADOR(A):** DANIEL PAULO VICENTE DE MEDEIROS

**RECORRIDO:** CAIXA CAPITALIZAÇÃO S/A (RÉU)

**PROCURADOR(A):** FERNAO COSTA

**PROCURADOR(A):** ANA LUIZA PEREIRA DE MENDONCA

**PROCURADOR(A):** ARTUR NABETH CARDOSO

**PROCURADOR(A):** GUSTAVO MIRANDA DA SILVA

**PROCURADOR(A):** LUIZ EUGENIO VAZ LEAL FERREIRA

**RELATOR:** JUIZ FEDERAL ODILON ROMANO NETO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, PELOS MOTIVOS EXPOSTOS, PARA MANTER INTEGRALMENTE A SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO A QUO. CONDENO A AUTORA AO PAGAMENTO DE CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, QUE FIXO EM 10% DO VALOR DA CAUSA. TODAVIA, TENDO EM VISTA SER BENEFICIÁRIA DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA, FICA A PARTE ISENTA DAS CUSTAS PROCESSUAIS (ARTIGO 4º, INCISO II, DA LEI Nº 9.289/1996) E SUSPENSOS OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS (ARTIGO 98, PARÁGRAFO 3º, DA LEI Nº 13.105/15 - CPC; ARTIGO 55, SEGUNDA PARTE, DA LEI Nº 9.099/95; ARTIGO 54, PARÁGRAFO ÚNICO, IN FINE, DA LEI Nº 9.099/95, COMBINADO COM ARTIGO 1º DA LEI 10.259/2001). INTIMEM-SE. TRANSITADO EM JULGADO, DÊ-SE BAIXA E ENCAMINHEM-SE OS AUTOS AO JUIZADO DE ORIGEM. É COMO VOTO.

**RECURSO CÍVEL Nº 5006147-05.2021.4.02.5116/RJ (PAUTA: 29)**

**RECORRENTE:** JERFERSON JOSE DE OLIVEIRA DA SILVA (AUTOR)

**ADVOGADO(A):** ELIZABETH ROCHA ALMADA (OAB RJ152326)

**ADVOGADO(A):** YASMIN DOS SANTOS VALE (OAB RJ177359)

**RECORRIDO:** CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF (RÉU)

**PROCURADOR(A):** ROBERTO CARLOS MARTINS PIRES

**PROCURADOR(A):** DANIEL PAULO VICENTE DE MEDEIROS

**RELATOR:** JUIZ FEDERAL ODILON ROMANO NETO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, PARA MANTER A SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DE ORIGEM. SEM CONDENAÇÃO EM CUSTAS, HAJA VISTA A ISENÇÃO DE QUE GOZA A PARTE RECORRENTE, POR SER BENEFICIÁRIA DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA (ART. 4º, II, DA LEI 9.289/96). CONDENO A PARTE AUTORA AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, QUE FIXO EM 10% (DEZ POR CENTO) DO VALOR DA CAUSA, VALOR ESTE QUE TERÁ SUA EXIGIBILIDADE SUSPENSA, HAJA VISTA TRATAR-SE DE BENEFICIÁRIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA. INTIMEM-SE. TRANSITADO EM JULGADO, DÊ-SE BAIXA E ENCAMINHEM-SE OS AUTOS AO JUIZADO DE ORIGEM. É COMO VOTO.

**RECURSO CÍVEL Nº 5000326-62.2021.4.02.5102/RJ (PAUTA: 30)**

**RECORRENTE:** MOACIR CONCEICAO RAMOS (AUTOR)  
**ADVOGADO(A):** TANCREDO FREITAS RIBEIRO (OAB RJ118835)  
**ADVOGADO(A):** GABRIELA LOPES BRANTES (OAB RJ237580)

**RECORRIDO:** CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF (RÉU)

**PROCURADOR(A):** ROBERTO CARLOS MARTINS PIRES

**PROCURADOR(A):** JORGE LUIZ PIMENTA DE SOUZA

**RELATOR:** JUIZ FEDERAL ODILON ROMANO NETO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DA AUTORA, PARA MANTER A SENTENÇA RECORRIDA. SEM CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DAS CUSTAS, HAJA VISTA A ISENÇÃO DE QUE GOZA A PARTE RECORRENTE, POR SER BENEFICIÁRIA DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA (ART. 4º, II, DA LEI 9.289/96). CONDENO A PARTE AUTORA AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, QUE FIXO EM 10% (DEZ POR CENTO) DO VALOR DA CAUSA, VALOR ESTE QUE TERÁ SUA EXIGIBILIDADE SUSPensa, HAJA VISTA TRATAR-SE DE BENEFICIÁRIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA. INTIMEM-SE. TRANSITADO EM JULGADO, DÊ-SE BAIXA E ENCAMINHEM-SE OS AUTOS AO JUIZADO DE ORIGEM. É COMO VOTO.

**RECURSO CÍVEL Nº 5001690-33.2021.4.02.5114/RJ (PAUTA: 31)**

**RECORRENTE:** ECT-EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS (RÉU)

**PROCURADOR(A):** CARLOS EDUARDO GOMES GONCALVES

**RECORRIDO:** GABRIELLI ALVES DOS SANTOS (AUTOR)

**ADVOGADO(A):** CIBELLE MELLO DE ALMEIDA (OAB RJ119895)

**INTERESSADO:** BRB BANCO DE BRASILIA SA (RÉU)

**ADVOGADO(A):** JORGE DONIZETI SANCHEZ

**RELATOR:** JUIZ FEDERAL ODILON ROMANO NETO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER DO RECURSO DA ECT E DE A ELE DAR PROVIMENTO, PARA REFORMAR A SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DE ORIGEM, DE MODO A JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SEM CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, HAJA VISTA TRATAR-SE DE RECORRENTE VENCEDORA. INTIMEM-SE. TRANSITADO EM JULGADO, REMETAM-SE OS AUTOS AO JUIZADO DE ORIGEM, COM A DEVIDA BAIXA. É COMO VOTO.

**RECURSO CÍVEL Nº 5010680-46.2021.4.02.5103/RJ (PAUTA: 32)**

**RECORRENTE:** ENILTON MACIEL VICENTE JUNIOR (AUTOR)

**ADVOGADO(A):** RICARDO ROSÁRIO DE SOUZA (OAB RJ202083)

**RECORRIDO:** CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF (RÉU)

**PROCURADOR(A):** ROBERTO CARLOS MARTINS PIRES

**PROCURADOR(A):** CARLOS MARTINS DE OLIVEIRA

**RECORRIDO:** REALIZA CONSTRUTORA LTDA. (RÉU)

**ADVOGADO(A):** PAULO HENRIQUE FAGUNDES COSTA (OAB MG126160)

**RELATOR:** JUIZ FEDERAL ODILON ROMANO NETO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER DO RECURSO E DE A ELE NEGAR PROVIMENTO, PARA MANTER INTEGRALMENTE A SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DE ORIGEM. SEM CONDENAÇÃO EM CUSTAS, HAJA VISTA A ISENÇÃO DE QUE GOZA A PARTE RECORRENTE, POR SER BENEFICIÁRIA DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA (ART. 4º, II, DA LEI 9.289/96). CONDENO A PARTE AUTORA AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, QUE FIXO EM 10% (DEZ POR CENTO) DO VALOR DA CAUSA, VALOR ESTE QUE TERÁ SUA EXIGIBILIDADE SUSPensa, HAJA VISTA TRATAR-SE DE

BENEFICIÁRIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA. INTIMEM-SE. TRANSITADO EM JULGADO, DÊ-SE BAIXA E ENCAMINHEM-SE OS AUTOS AO JUIZADO DE ORIGEM. É COMO VOTO.

**RECURSO CÍVEL Nº 5016089-46.2021.4.02.5121/RJ (PAUTA: 33)**

**RECORRENTE:** JOSE ANTONIO DE SOUZA MARTINS (AUTOR)

**ADVOGADO(A):** VINICIUS TAVARES PESSOA DE SOUZA (OAB RJ219087)

**RECORRIDO:** CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF (RÉU)

**PROCURADOR(A):** ROBERTO CARLOS MARTINS PIRES

**PROCURADOR(A):** DANIEL PAULO VICENTE DE MEDEIROS

**RELATOR:** JUIZ FEDERAL ODILON ROMANO NETO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER DO RECURSO E DE A ELE NEGAR PROVIMENTO, MANTENDO INTEGRALMENTE A SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DE ORIGEM. SEM CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DAS CUSTAS, HAJA VISTA A ISENÇÃO DE QUE GOZA A PARTE RECORRENTE, POR SER BENEFICIÁRIA DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA (ART. 4º, II, DA LEI 9.289/96). CONDENO A PARTE AUTORA AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, QUE FIXO EM 10% (DEZ POR CENTO) DO VALOR DA CAUSA, VALOR ESTE QUE TERÁ SUA EXIGIBILIDADE SUSPensa, HAJA VISTA TRATAR-SE DE BENEFICIÁRIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA. INTIMEM-SE. TRANSITADO EM JULGADO, DÊ-SE BAIXA E ENCAMINHEM-SE OS AUTOS AO JUIZADO DE ORIGEM. É COMO VOTO.

**RECURSO CÍVEL Nº 5000937-57.2022.4.02.5109/RJ (PAUTA: 34)**

**RECORRENTE:** JOAQUIM CARLOS DA SILVA (AUTOR)

**ADVOGADO(A):** THIAGO DA SILVA ALVES SALLES (OAB RJ248796)

**RECORRIDO:** INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (RÉU)

**PROCURADOR(A):** DANIEL MALAGUTI BUENO E SILVA

**RELATOR:** JUIZ FEDERAL ODILON ROMANO NETO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DO AUTOR, PARA MANTER A SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DE ORIGEM. SEM CONDENAÇÃO EM CUSTAS, HAJA VISTA A ISENÇÃO DE QUE GOZA A PARTE RECORRENTE, POR SER BENEFICIÁRIA DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA (ART. 4º, II, DA LEI 9.289/96). CONDENO A PARTE AUTORA AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, QUE FIXO EM 10% (DEZ POR CENTO) DO VALOR DA CAUSA, VALOR ESTE QUE TERÁ SUA EXIGIBILIDADE SUSPensa, HAJA VISTA TRATAR-SE DE BENEFICIÁRIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA. INTIMEM-SE. TRANSITADO EM JULGADO, DÊ-SE BAIXA E ENCAMINHEM-SE OS AUTOS AO JUIZADO DE ORIGEM. É COMO VOTO.

**RECURSO CÍVEL Nº 5024745-18.2022.4.02.5101/RJ (PAUTA: 36)**

**INCIDENTE: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**

**RECORRENTE:** UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (RÉU)

**PROCURADOR(A):** CLAUDIA REGINA CARDOSO BELLOTTI PEREIRA

**RECORRIDO:** HUGO CARRICO MONTEIRO SILVA DE SOUZA (AUTOR)

**ADVOGADO(A):** FLÁVIO LUIZ MARQUES PENNA MARINHO (DPU)

**INTERESSADO:** CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA - CEFET/RJ (RÉU)

**PROCURADOR(A):** CLAUDIA REGINA CARDOSO BELLOTTI PEREIRA

**RELATOR:** JUIZ FEDERAL ODILON ROMANO NETO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, UNICAMENTE PARA

ACRÉSCIMO DE FUNDAMENTAÇÃO, SEM ALTERAÇÃO DO RESULTADO DO JULGAMENTO. INTIMEM-SE. TRANSITADA EM JULGADO, REMETAM-SE OS AUTOS AO JUIZADO DE ORIGEM, COM A DEVIDA BAIXA. É COMO VOTO.

### **RECURSO CÍVEL Nº 5132107-16.2021.4.02.5101/RJ (PAUTA: 38)**

#### **INCIDENTE: AGRAVO INTERNO**

**RECORRENTE:** CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF (RÉU)

**PROCURADOR(A):** ROBERTO CARLOS MARTINS PIRES

**PROCURADOR(A):** CARLOS MARTINS DE OLIVEIRA

**RECORRIDO:** MARCELO JOSE DA MOTTA (AUTOR)

**ADVOGADO(A):** MARIA APARECIDA MIRANDA TERRIGNO (OAB RJ059297)

**RELATOR:** JUIZ FEDERAL ODILON ROMANO NETO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO INTERNO INTERPOSTO PELO AUTOR, A FIM DE MANTER A DECISÃO MONOCRÁTICA DO EVENTO 62. SEM CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS. INTIMEM-SE AS PARTES. TRANSITADA EM JULGADO, DÊ-SE BAIXA E ENCAMINHEM-SE OS AUTOS AO JUIZADO DE ORIGEM. É COMO VOTO.

### **RECURSO CÍVEL Nº 5053280-20.2023.4.02.5101/RJ (PAUTA: 40)**

**RECORRENTE:** SHEILA MARCIA HENRIQUE DUTRA TIAGO (AUTOR)

**ADVOGADO(A):** MAURO JOSE DOS SANTOS COSTA (OAB RJ114351)

**ADVOGADO(A):** LUIZ INACIO DE ARAUJO OLIVEIRA (OAB RJ228659)

**RECORRIDO:** UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO (RÉU)

**PROCURADOR(A):** CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO

**PROCURADOR(A):** CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO

**RELATOR:** JUIZ FEDERAL ODILON ROMANO NETO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DA PARTE AUTORA, PARA REFORMAR A SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DE ORIGEM, DE MODO A CONDENAR A UNIÃO A RECONHECER O DIREITO DA AUTORA À PROGRESSÃO/PROMOÇÃO FUNCIONAL COM INTERSTÍCIO DE 12 (DOZE) MESES, DESDE A DATA DO EFETIVO EXERCÍCIO, BEM COMO PARA CONDENAR A RÉ A PAGAR AS DIFERENÇAS DAÍ DECORRENTES, OBSERVADA A PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. SOBRE O MONTANTE DEVEM INCIDIR JUROS DE MORA NA FORMA DO ART. 1º-F, DA LEI 9.494/1997, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI 11.960/2009, E DE CORREÇÃO MONETÁRIA SEGUNDO O MANUAL DE CÁLCULOS DA JUSTIÇA FEDERAL. APÓS O INÍCIO DA VIGÊNCIA DA EC 113/2021 (09/12/2021), A CORREÇÃO SE DARÁ PELA TAXA SELIC2. SEM CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE CUSTAS, HAJA VISTA TRATAR-SE DE RECORRENTE VENCEDORA, AINDA QUE EM PARTE. INTIMEM-SE. TRANSITADA EM JULGADO, REMETAM-SE OS AUTOS AO JUIZADO DE ORIGEM, COM A DEVIDA BAIXA. É COMO VOTO.

### **RECURSO CÍVEL Nº 5006065-55.2022.4.02.5110/RJ (PAUTA: 41)**

**RECORRENTE:** ANA LUCIA DOS SANTOS SILVA (AUTOR)

**ADVOGADO(A):** MARIO MARCONDES NASCIMENTO (OAB SC007701)

**RECORRIDO:** CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF (RÉU)

**PROCURADOR(A):** ROBERTO CARLOS MARTINS PIRES

**PROCURADOR(A):** INGRID KUWADA OBERG FERRAZ

**RELATOR:** JUIZ FEDERAL ODILON ROMANO NETO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, EXTINGUIR O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR, BEM COMO DE DECLARAR PREJUDICADO O RECURSO DA AUTORA. SEM CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE CUSTAS E HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS, ANTE O NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. INTIMEM-SE. TRANSITADO EM JULGADO, DÊ-SE BAIXA E ENCAMINHEM-SE OS AUTOS AO JUIZADO DE ORIGEM. É COMO VOTO.

**RECURSO CÍVEL Nº 5014191-31.2021.4.02.5110/RJ (PAUTA: 42)**

**RECORRENTE:** EDNA DA SILVA CRUZ (AUTOR)  
**ADVOGADO(A):** MARIO MARCONDES NASCIMENTO (OAB RS080980)  
**ADVOGADO(A):** MARIO MARCONDES NASCIMENTO (OAB SC007701)  
**RECORRIDO:** CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF (RÉU)  
**PROCURADOR(A):** ROBERTO CARLOS MARTINS PIRES  
**PROCURADOR(A):** DANIEL PAULO VICENTE DE MEDEIROS  
**RELATOR:** JUIZ FEDERAL ODILON ROMANO NETO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DA AUTORA, A FIM DE MANTER A SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DE ORIGEM. SEM CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DAS CUSTAS, HAJA VISTA A ISENÇÃO DE QUE GOZA A PARTE RECORRENTE, POR SER BENEFICIÁRIA DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA (ART. 4º, II, DA LEI 9.289/96). CONDENO A PARTE AUTORA AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, QUE FIXO EM 10% (DEZ POR CENTO) DO VALOR DA CAUSA, VALOR ESTE QUE TERÁ SUA EXIGIBILIDADE SUSPensa, HAJA VISTA TRATAR-SE DE BENEFICIÁRIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA. INTIMEM-SE. TRANSITADA EM JULGADO, REMETAM-SE OS AUTOS AO JUIZADO DE ORIGEM, COM A DEVIDA BAIXA. É COMO VOTO.

**RECURSO CÍVEL Nº 5098570-92.2022.4.02.5101/RJ (PAUTA: 17)**

**INCIDENTE:**

**RECORRENTE:** JULIANNA FONSECA MARCELINO QUERES (AUTOR)  
**ADVOGADO(A):** ALCIDES MARTINHAGO JUNIOR (OAB PR099224)  
**RECORRIDO:** BANCO DO BRASIL SA (RÉU)  
**PROCURADOR(A):** RICARDO LOPES GODOY  
**RECORRIDO:** FNDE - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO (RÉU)  
**PROCURADOR(A):** CLAUDIA REGINA CARDOSO BELLOTTI PEREIRA  
**RECORRIDO:** UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO (RÉU)  
**PROCURADOR(A):** CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO  
**PROCURADOR(A):** CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO

RETIRADO DE PAUTA.

**MANDADO DE SEGURANÇA TR CÍVEL Nº 5079824-45.2023.4.02.5101/RJ (PAUTA: 27)**

**IMPETRANTE:** JOSE DE RIBAMAR TEIXEIRA SANTOS  
**ADVOGADO(A):** JOSE DE RIBAMAR TEIXEIRA SANTOS (OAB RJ038674)  
**IMPETRADO:** JUÍZO FEDERAL DO 3º JEF DO RIO DE JANEIRO  
**MPF:** MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
**INTERESSADO:** UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO  
**PROCURADOR(A):** CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO

RETIRADO DE PAUTA.

**RECURSO CÍVEL Nº 5068759-87.2022.4.02.5101/RJ (PAUTA: 35)**

**RECORRENTE:** SIMAO FERNANDES XAVIER (AUTOR)  
**ADVOGADO(A):** WELINGTON ALUISIO DA SILVA (OAB RJ207320)  
**ADVOGADO(A):** LUIZ FERNANDO SOARES DOS SANTOS (OAB RJ208837)  
**RECORRIDO:** CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF (RÉU)  
**PROCURADOR(A):** ROBERTO CARLOS MARTINS PIRES  
**PROCURADOR(A):** CARLOS MARTINS DE OLIVEIRA  
**RECORRIDO:** INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (RÉU)  
**PROCURADOR(A):** VINÍCIUS LAHORGUE PORTO DA COSTA

RETIRADO DE PAUTA.

**RECURSO CÍVEL Nº 5005459-03.2022.4.02.5118/RJ (PAUTA: 39)**

**INCIDENTE:**

**RECORRENTE:** ROGERIO RODRIGUES AFONSO (AUTOR)  
**ADVOGADO(A):** VANESSA CARDOSO DO NASCIMENTO (OAB RJ158970)  
**RECORRIDO:** CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF (RÉU)  
**PROCURADOR(A):** ROBERTO CARLOS MARTINS PIRES  
**PROCURADOR(A):** DANIEL PAULO VICENTE DE MEDEIROS

RETIRADO DE PAUTA.

**RECURSO CÍVEL Nº 5007092-49.2022.4.02.5118/RJ (PAUTA: 20)**

**INCIDENTE: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**

**RECORRENTE:** UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO (RÉU)  
**PROCURADOR(A):** CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO  
**PROCURADOR(A):** CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO  
**RECORRIDO:** FERNANDO HENRIQUE FERNANDES DA SILVA (AUTOR)  
**ADVOGADO(A):** RODRIGO CORTES PUJANI (OAB RJ235142)  
**ADVOGADO(A):** ANIZIO DUTRA VIANA JUNIOR (OAB RJ250448)  
**RELATOR:** JUIZ FEDERAL ODILON ROMANO NETO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS PELO AUTOR, COM EFEITOS INFRINGENTES, A FIM DE, REVENDO O ACÓRDÃO EMBARGADO, CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DA UNIÃO, PARA REFORMAR A SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DE ORIGEM, UNICAMENTE PARA ADEQUAR A DECISÃO AOS LIMITES DO QUANTO REQUERIDO NA INICIAL, EM OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA ADSTRIÇÃO, DELIMITANDO A CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS PROPORCIONAL AO PERÍODO DE 03/02/2014 A 29/11/2014. SEM CONDENAÇÃO DA UNIÃO AO PAGAMENTO DE CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, HAJA VISTA TRATAR-SE DE RECORRENTE VENCEDORA, AINDA QUE EM PARTE. INTIMEM-SE. TRANSITADO EM JULGADO, DÊ-SE BAIXA E ENCAMINHEM-SE OS AUTOS AO JUIZADO DE ORIGEM. É COMO VOTO.

**PREFERÊNCIA:** ANIZIO DUTRA VIANA JUNIOR POR FERNANDO HENRIQUE FERNANDES DA SILVA

**RECURSO CÍVEL Nº 5002307-83.2022.4.02.5105/RJ (PAUTA: 13)**

## **INCIDENTE: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**

**RECORRENTE:** UNIÃO - FAZENDA NACIONAL (RÉU)

**PROCURADOR(A):** JANIS MARIA SAFE SILVEIRA

**RECORRIDO:** FRANCISCO PAULINO DE FIGUEIREDO NETO (AUTOR)

**ADVOGADO(A):** PEDRO AUGUSTO KELLY LEMGRUBER (OAB RJ215305)

**ADVOGADO(A):** FERNANDA FREZ ESPINDOLA (OAB RJ227550)

**RELATORA:** JUÍZA FEDERAL CAROLINE MEDEIROS E SILVA

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, MAS NEGO-LHES PROVIMENTO, DEVENDO SER MANTIDO O ACÓRDÃO IMPUGNADO. INTIMEM-SE. TRANSITADO EM JULGADO, CERTIFIQUE-SE E, APÓS, REMETAM-SE OS AUTOS AO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE ORIGEM, COM A DEVIDA BAIXA. É COMO VOTO.

**PREFERÊNCIA:** PEDRO AUGUSTO KELLY LEMGRUBER POR FRANCISCO PAULINO DE FIGUEIREDO NETO

Encerrou-se a sessão às 14:30 horas, tendo sido julgado(s) 38 processo(s).

Rio de Janeiro, 06 de setembro de 2023.